

REPENSANDO O ESTADO E IMPERIALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE LEO PANITCH

RETHINKING STATE AND IMPERIALISM IN INTERNATIONAL RELATIONS: THEORETICAL CONTRIBUTIONS BY LEO PANITCH

Ana Garcia¹

Caio Bugiato²

Curso de Relações Internacionais

Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

Resumo: Este texto aborda a obra de Leo Panitch e suas contribuições para as Relações Internacionais. Pensar Panitch como um teórico das Relações Internacionais significa discutir profundamente o papel e as funções do Estado (e suas agências) na sua relação com os atores do mercado (bancos, empresas), bem como repensar as atuais configurações do imperialismo, sua natureza e seus mecanismos de dominação, que são distintos daqueles do século XIX. Para compreendê-lo, é necessário considerar os processos de internacionalização do Estado, da produção e das finanças, assim como a integração da Europa, do Japão e, posteriormente, da China ao império informal americano. As bases de Panitch (e Gindin) estão na teoria do Estado capitalista de Nicos Poulantzas. Assim, da sua obra, é explanada a teoria do Estado capitalista e sua internacionalização, a construção do império informal americano e suas contribuições para a atual reflexão sobre a ascensão de potências emergentes, como os BRICS, em especial a China.

Palavras-chave: Leo Panitch. Teoria. Relações Internacionais. Imperialismo. Estado

Abstract: This text addresses the work of Leo Panitch and his contributions to International Relations. To think Panitch as a theorist of International Relations means to discuss deeply the role and functions of the state (and its agencies) in its relation with market actors (banks, companies), as well as to re-think the current configurations of imperialism, its nature and its mechanisms of domination, which are distinct from those of the nineteenth century. In order to understand it, it is necessary to consider the processes of internationalisation of the state, production and finance, as well as the integration of Europe, Japan and, later, China into the informal empire of America. The bases of Panitch (and Gindin) are the theory of the capitalist state of Nicos Poulantzas. Hence, from his work, it is explained the theory of capitalist state and its internationalisation, the construction of the American informal empire and his contributions to the current reflection on the rise of emerging powers, such as the BRICS, especially China.

Key-words: Leo Panitch. Theory. International Relations. Imperialism. State.

Recebido: 08/03/2019

Aprovado: 10/03/2019

Introdução

Leo Victor Panitch é um cientista político e teórico marxista, professor emérito do Departamento de Ciência Política da *York University*, em Toronto, Canadá, de onde vêm outros nomes tradicionais do

¹ anasaggioro@gmail.com

² bugiato@hotmail.com

campo teórico-crítico das Relações Internacionais: Robert W. Cox, Ellen Meinkens Wood, Greg Albo, Stephen Gill, dentre outros. Ele é titular da cadeira *Canada Distinguish Research*, desde 2002, e editor, há mais de 25 anos, do anuário *Socialist Register* (SR), originalmente fundado por Ralph Miliband e John Saville, na Inglaterra, na década de 1960. É autor de mais de 100 títulos, entre artigos científicos e livros.

Nascido em Winnipeg em 1945, Leo Panitch é o segundo filho de um casal de ucranianos de origem judia que migraram para o Canadá nas décadas de 1910 e 1920, onde se casaram em 1934. Eram trabalhadores, seu pai foi um militante sindical de esquerda, e um dos membros fundadores do partido socialista canadense, precursor do hoje socialdemocrata NDP. Panitch entrou na Universidade de Manitoba na década de 1960 para estudar economia e ciência política, lá se debruçou sobre os escritos de Marx e esteve envolvido nos movimentos estudantis da “nova esquerda”. Fez sua pós-graduação na *London School of Economics*, onde obteve o título de doutor em 1974 com uma tese sobre o partido trabalhista e os sindicatos, sob orientação de Ralph Miliband.

Desde seus estudos iniciais, Panitch vem se dedicando à compreensão do papel do Estado no capitalismo global, especificamente o Estado estadunidense. Ele inicia sua carreira acadêmica na *Carlton University*, em 1972, mas ganha reconhecimento após a publicação de *The Canadian State: Economic Power and Political Power*, em 1977. Panitch passa, então, a ser o editor da série de livros *State and Economic Life*, da *University of Toronto Press*, onde logo fundou o periódico *Studies in Political Economy*. Em 1984, ele finalmente entra para o Departamento de Ciência Política da York University, permanecendo até se aposentar em 2017. Seus principais trabalhos foram escritos em parceria com Sam Gindin, um companheiro de estudos e militância, que vem da experiência dos sindicatos de trabalhadores da indústria automobilística, e com quem escreveu o seminal artigo *Global capitalism and American empire*, na edição de 2004 do *Socialist Register*, traduzido e publicado em vários idiomas.

Sua última obra, *The Making of Global Capitalism: the political economy of american empire* (2012), ganhou o tradicional prêmio *Deutscher Memorial Prize* para novas obras dentro da tradição marxista, em 2013. O livro traz uma minuciosa análise materialista-histórica da construção do capitalismo global nos séculos XX e XXI, sob papel decisivo do Estado estadunidense, naquilo que veio a chamar de império informal americano. Além de Gindin, outro companheiro de trabalho é Greg Albo, com quem compartilha a edição do *Socialist Register* e o livro *In and Out of Crisis: the global financial meltdown and left alternatives*, de 2009. Os três militam juntos no *Socialist Project*, um grupo de ativistas independentes em Toronto.

Pensar em Panitch como um teórico das Relações Internacionais significa discutir profundamente o papel e as funções do Estado (e suas agências) na sua relação com os atores do

mercado (bancos, empresas), bem como repensar as atuais configurações do imperialismo, sua natureza e mecanismos de dominação, que são distintos daqueles do século XIX. Para compreendê-lo é necessário considerar os processos de internacionalização do Estado, da produção e das finanças, assim como a integração da Europa, do Japão e, posteriormente, da China, ao império informal americano. As bases de Panitch (e Gindin) estão na teoria do Estado capitalista de Nicos Poulantzas. Assim, neste artigo, os autores se deterão a explicar sobre a teoria do Estado capitalista e sua internacionalização, a construção do império informal americano e suas contribuições para a atual reflexão sobre a ascensão de potências emergentes, como os BRICS, em especial a China.

1.O legado de Poulantzas

A análise de Nicos Poulantzas sobre o Estado capitalista e as relações imperialistas entre os EUA e a Europa no período pós-Guerra teve grande influência para a teorização de Panitch. Poulantzas elaborou uma profunda reflexão sobre a relação entre o Estado e as classes sociais, desenvolvendo uma teoria não do Estado em abstrato, mas do Estado capitalista. Ele entende que o Estado capitalista é fator de coesão de uma formação social (país/sociedade) atravessada pela luta de classes; é o fator da ordem e regulador do equilíbrio global do sistema, cuja finalidade é a manutenção da unidade de uma formação social, seu funcionamento e sua reprodução. O Estado capitalista organiza um modo particular de dominação de classe (a burguesia sobre o proletariado) e corresponde às relações de produção capitalistas (a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria). (POULANTZAS, 1977)

A dominação de classe (relações burguesia-Estado) é elucidada por meio do conceito de bloco no poder. O bloco no poder é a unidade contraditória das frações da classe burguesa em torno de objetivos gerais – referentes à manutenção das relações de produção capitalistas –, unidade essa que não elimina os objetivos particulares de cada fração. Essa unidade é garantida pelo interesse comum às frações de governar direta ou indiretamente o Estado, de modo que este atenda seus interesses gerais e específicos de cada fração. O Estado é, portanto, fator de unidade política do bloco no poder. Na articulação dentro bloco há a tendência à formação de um núcleo hegemônico, composto por uma fração ou uma aliança de frações, tornando-a fração hegemônica (POULANTZAS, 1977).

A natureza do Estado capitalista não é, portanto, estática; ao contrário, é dinâmica. Ele não é monolítico, nem é redutível à relação entre membros de grupos que constituem seu aparato. É um campo estratégico de *relações*, um espaço de condensação material da relação entre forças sociais e frações de classes. Poulantzas argumenta contra uma visão "instrumentalista" do Estado. Ele é capaz de unificar o bloco no poder na medida em que mantém uma *relativa* autonomia frente às várias frações de classe com seus interesses particulares, de modo a conseguir avançar os interesses

capitalistas *como um todo*. Essa autonomia é constitutiva do Estado capitalista, refletindo a separação entre a materialidade institucional do Estado e as relações de produção (POULANTZAS 2000, p. 127).

Na teoria do imperialismo de Poulantzas (1978), são os Estados centrais e periféricos que se encarregam dos interesses do capital (por meio de subsídios públicos, dispensas fiscais, política industrial favorável a determinados interesses etc.). Nesse sentido, o bloco no poder não pode ser apreendido num plano puramente nacional, mas sim em um sistema internacional complexo de Estados capitalistas em que cada Estado se encarrega dos interesses dos capitais nacionais e estrangeiros numa formação social, organizando a correlação de forças intraburguesa e constituindo uma determinada configuração no bloco no poder. Esta reprodução internacional do capital significa a penetração de capital estrangeiro em formações sociais, processo este que o autor denomina de reprodução interiorizada e induzida do capital, com a tendência a abarcar todos os rincões do mundo. A reprodução interiorizada e induzida do capital, uma vez que constitui uma força social num país, afeta suas relações econômicas, políticas (inclusive os aparelhos de Estado) e ideológicas. Ou seja, as relações de uma fração burguesa local com o capital estrangeiro, suas organização e mobilização e os efeitos que geram na sociedade e no Estado constituem o imperialismo.

Poulantzas direciona sua análise do imperialismo para a relação entre os países centrais (e não somente entre os centrais e periféricos), que se reflete na análise de Panitch sobre o império americano. Segundo Poulantzas (1978), a reprodução induzida do capitalismo monopolista americano no seio de outras metrópoles significava a reprodução ampliada das condições políticas e ideológicas do desenvolvimento do imperialismo americano. Os Estados europeus e outros se encarregavam, eles mesmos, dos interesses do capital imperialista dominante no próprio seio de sua formação 'nacional'. Isso se dava de forma direta, como subvenções, isenções fiscais etc., como é concedido ao seu capital autóctone, por vezes ajudando o capital americano a circundar o próprio Estado americano (legislação antitruste, por ex.); ou de forma indireta, por meio de uma política industrial desses países relacionada ao seu capital autóctone, visando à concentração e expansão internacional do capital americano (POULANTZAS, 1978).

2. O Estado capitalista e sua internacionalização

Seguindo o amplo legado deixado por Poulantzas, Panitch e Gindin (2005) buscaram avançar a teorização sobre o Estado capitalista para a compreensão da globalização e do imperialismo nos dias atuais, apresentando três dimensões. A primeira diz respeito à relação com o processo produtivo. A separação do político e do econômico no capitalismo possibilitou que o Estado fosse distanciado da organização da produção, investimento e apropriação da mais-valia. Por sua vez, ele manteve sua função judicial, regulatória e de infraestrutura (de modo que o processo produtivo possa ocorrer),

além de policiar as relações capital-trabalho, administrar a macroeconomia e agir como prestador de última instância. De acordo com os autores, o papel do Estado capitalista não é meramente reativo: ele desenvolveu mecanismos sofisticados de promoção e orquestração da acumulação capitalista. Assim, a autonomia relativa do Estado significa ter capacidade de agir em nome do sistema como um todo, ao passo que, ao depender da acumulação para sua própria legitimação e reprodução, essa mesma capacidade se torna limitada (PANITCH & GINDIN, 2005, p. 1-2).

A segunda dimensão é, para Panitch e Gindin, a forma de dominação política. A separação entre Estado e sociedade no capitalismo envolve um distanciamento constitucional da dominação política de uma estrutura de classe. O estabelecimento do estado de direito como estrutura política liberal para os detentores de propriedade, bem como o estabelecimento (ou imposição, por meio de intervenções militares) da democracia liberal como forma-modelo para Estados capitalistas no pós-guerra, são alguns aspectos e exemplos disso.

Por fim, a terceira dimensão diz respeito à forma nacional e territorial do Estado capitalista, com o aprofundamento das ligações econômicas em um território particular. O imperialismo capitalista significou a extensão espacial da lei do valor e das relações capitalistas, em um processo em que o Estado territorial e sua forma democrático-liberal foram universalizados e inscritos nas instituições internacionais e no direito internacional em meados do século XX. Porém, esse processo teve lugar sob a forma de um imperialismo informal, no qual Estados particulares tomaram para si a responsabilidade de criar condições políticas e jurídicas para a extensão e reprodução geral do capitalismo no plano internacional (PANITCH & GINDIN 2005, p. 2-3).

Em seu texto de 1994, Panitch critica a leitura de Cox (1987) sobre a “internacionalização do Estado”, que significaria um conjunto de mudanças de hierarquia no aparato estatal (maior poder das burocracias ligadas às finanças e ao comércio internacional, subordinando outras ligadas aos setores sociais), de modo a melhor atender às pressões do mercado internacional. Para Cox (1987, p. 254), o processo de internacionalização do Estado se baseia em três elementos: a formação de um consenso com relação às "necessidades" e requerimentos da economia mundial; a participação hierarquicamente estruturada pelas classes dominantes nos EUA, Europa e Japão nessa formação do consenso internacional; o ajuste das estruturas internas dos Estados, de modo a melhor internalizar as pressões externas sobre economias nacionais. Nesse processo, a *accountability* se move de estruturas domésticas para a noção de "obrigações internacionais".

Panitch afirma que, enquanto o processo de internacionalização do Estado para Cox é determinado de “fora para dentro”, para Poulantzas, as transformações do Estado decorrem das formações contraditórias internas, i.e. conflitos entre frações da burguesia e demandas de trabalhadores. Segundo Panitch, não há uma simples mudança de hierarquia, mas uma transformação na essência das próprias agências ligadas ao trabalho e aos serviços sociais,

reestruturando-as à lógica de acumulação do capital (por exemplo, a privatização e financeirização dos planos de pensão) (PANITCH, 1994, p. 72).

Nesse sentido, a globalização não seria um simples resultado das forças de mercado. Ao contrário, os Estados nacionais – e o Estado estadunidense em especial – são centrais para a construção do capitalismo global, com suas funções de manutenção dos direitos de propriedade, supervisão de contratos, estabilização das moedas etc. Segundo Panitch e Gindin (2012), a “internacionalização do Estado” significa o processo por meio do qual os Estados encorajam e apoiam capitalistas a exercer atividades para além de suas fronteiras, porém sempre mantendo uma dimensão nacional nos processos de internacionalização capitalista. Além disso, na medida em que a interação com o capital estrangeiro afeta as forças sociais domésticas, aumentam as pressões externas e internas para que os Estados assumam certa responsabilidade da reprodução do capitalismo internacionalmente (PANITCH & GINDIN, 2012, p. 4). Assim, os Estados capitalistas (centrais e periféricos) assumiram a responsabilidade de promover a acumulação de capital de forma a contribuir com a administração da ordem capitalista internacional gerenciada pelos EUA. Isso deve ser compreendido em termos da “autonomia relativa” do Estado capitalista: sem estar desconectado das classes capitalistas, ele tem a capacidade autônoma de agir em nome do sistema como um todo (PANITCH & GINDIN, 2012, p. 4).

De acordo com os autores, o Estado estadunidense não ditou isso a outros Estados, mas sim colocou os parâmetros dentro dos quais os outros Estados determinavam seu curso de ação (PANITCH & GINDIN, 2012, p. 8). Por sua vez, o Estado americano, no processo de apoiar a exportação de capital e a expansão de suas multinacionais, assumiu um papel imperial e policial, com a crescente responsabilidade na criação das condições políticas e jurídicas para a extensão e reprodução do capitalismo de forma internacional. A internacionalização do Estado americano não foi uma tarefa simples, demandou a capacidade do Estado e suas agências de promover produtos estadunidenses pelo mundo, baixar tarifas comerciais suas e dos demais Estados, além de policiar regimes de comércio e investimento para garantir a livre circulação e acumulação de capital no mundo, e não somente do capital estadunidense. Panitch e Gindin destacam o papel ativo das diferentes instâncias do Estado estadunidense, como o poder judiciário, o Tesouro, o Federal Reserve, o próprio poder executivo e seus departamentos (PANITCH & GINDIN, 2012, p. 31).

A expansão das multinacionais americanas foi um ingrediente fundamental na construção do seu papel imperial. A “internacionalização da produção” se acelera a partir da década de 1920, mas é fundamentalmente na década de 1950, com a reconstrução dos Estados e economias europeias, que as corporações multinacionais se tornam atores políticos, e não só econômicos. Elas impulsionaram a construção de estruturas institucionais, jurídicas e econômicas da integração europeia para que pudessem circular e operar na região. Isso envolveu o tratamento nacional ao

investidor estrangeiro, livre repatriação de lucros, um regime unificado de câmbio e tarifas, além de regimes trabalhistas favoráveis ao capital, tanto americano quanto europeu. Segundo Panitch e Gindin, a própria concepção de firma europeia começa a emular o modelo corporativo estadunidense. Com isso, são formados profundos laços entre capitalistas americanos e europeus. Os autores notam que observadores atentos a esse processo na década de 1970, como Aron e Poulantzas, já falavam da “canadização” da Europa (PANITCH & GINDIN, 2012, p. 113).

Por fim, outro aspecto crucial para a construção do capitalismo global foi a internacionalização das finanças, interligada aos processos de internacionalização do Estado americano e da produção. A crescente integração da *City* de Londres com o mercado financeiro americano deu origem ao mercado de eurodólares, impulsionando o processo contínuo do fim do controle de capitais e da regulação bancária. Panitch e Gindin sustentam que o mercado de eurodólares londrino foi complementar (e não concorrente ou ameaçador) ao centro financeiro de Nova Iorque, com os bancos de investimento americanos e nova-iorquinos cada vez mais investindo e dominando aquele mercado.

Na década de 1960, o crescimento do setor financeiro americano já havia assumido dimensões totalmente internacionais, externalizando práticas e instituições americanas na integração e expansão dos mercados financeiros em todo o mundo. A tríade Tesouro-FED-*Wall Street*, e com ela o mercado de títulos do Tesouro, ganhavam o papel fundamental de operadores das finanças globais articuladas às finanças domésticas estadunidenses. Assim, o regime regulatório instituído após a crise de 1929³ se diluía com o desenvolvimento de um mercado não-regulado de eurodólares, a expansão internacional dos bancos estadunidenses, bem como das próprias corporações multinacionais não financeiras, estendendo o campo de operação financeira americana para muito além de suas fronteiras (PANITCH & GINDIN, 2012, p. 117).

Resulta de tudo isso que a expansão dos mercados, das relações sociais capitalistas e seus valores dependeram dos Estados, em particular dos EUA. O Estado estadunidense desenvolveu o interesse e a capacidade de conduzir a construção do capitalismo globalmente. Porém, ele não o fez sozinho, mas por meio de um alto grau de integração entre Estados capitalistas avançados. A manutenção da globalização capitalista contou com o compromisso interestatal, especialmente mediante articulações como o G7 (depois G20), que, em momentos de crise, conseguiram evitar o protecionismo e fortalecer o papel do Estado estadunidenses como prestador de última instância.

3. O império informal americano

³O *Glass-Steagall Act* foi implementado após a crise de 1929 com o objetivo de separar as atividades bancárias comerciais, que atendiam as contas correntes da população, das atividades bancárias de investimento, que podiam fazer operações de risco e atuar no exterior sem impactar diretamente nas contas correntes dos cidadãos. Essa legislação foi sendo gradualmente desconstruída por meio de pressões dos bancos americanos.

A internacionalização do Estado, da produção e das finanças constituem o que Panitch e Gindin chamam de “império informal americano”. Eles ousaram algo raro dentro do campo marxista: contrariaram e apontaram falhas nas teorias marxistas clássicas do imperialismo, como a de Hobson e Lenin. Ao discutir com os pensadores clássicos, Panitch e Gindin (2004) sustentam que uma nova teorização do imperialismo necessita transcender a teoria “estagista” da rivalidade interimperial. Ao enfatizarem as “fases”, os autores clássicos falharam em apreciar adequadamente a dimensão espacial da internacionalização do capital. Ademais, teriam elevado um momento conjuntural da rivalidade inter-imperialista a uma “lei imutável da globalização capitalista” (PANITCH & GINDIN, 2004, p. 5). A exportação de capital não estaria fundamentada no excedente de capital na metrópole, mas nas aceleradas pressões competitivas e oportunidades, “acompanhada pelas estratégias e capacidades emergentes dos capitalismo em desenvolvimento, que deu impulso e facilitou a expansão internacional no final do século XIX” (PANITCH & GINDIN 2004 p. 25).

Desse modo, não teria havido a exaustão de possibilidades de consumo nos países centrais; novas prospecções de acumulação interna eram introduzidas por meio do desenvolvimento tecnológico e da desigual competição. O imperialismo demonstrava ser, não um movimento unilateral de expansão capitalista “de dentro para fora”, mas um movimento duplo e simultâneo de aprofundamento das relações capitalistas para dentro e sua expansão para fora. Assim, apesar da expansão para fora significar que se tenha chegado a certo grau de monopolização no plano doméstico, não significaria que os monopólios e conglomerados tenham esgotado as possibilidades de acumulação (PANITCH & GINDIN, 2004).

Panitch e Gindin afirmam que a relação entre o imperialismo e o capitalismo precisa ser compreendida por meio de uma extensão da teoria do Estado capitalista, e não como uma derivação das teorias dos estágios econômicos e das crises. Quando os Estados pavimentam o caminho para a expansão de seu capital para fora, ou quando monitoram e administram essa expansão, isto só pode ser entendido em termos do papel relativamente autônomo do Estado na manutenção da ordem social e na garantia das condições de acumulação do capital (PANITCH & GINDIN 2004, p. 7). Na fase do imperialismo sob dominação dos EUA, seria necessário que uma nova teorização buscasse compreender o que tornou *plausível* a insistência do Estado estadunidense de que ele não era imperialista, e como isso foi posto em prática e institucionalizado, e, inversamente, o que torna hoje “implausível” a insistência do Estado estadunidense de que não é imperialista (PANITCH & GINDIN, 2004, p. 4). Os autores apontam, portanto, para a necessidade de analisar o imperialismo em sua dinâmica histórica e social em relação às transformações do capitalismo.

Para Panitch e Gindin, redes imperiais e ligações institucionais, antes relacionadas à relação Norte-Sul (impérios formais e colônias), começaram a ser construídas entre os EUA e os principais países capitalistas, em especial na Europa, no período após a Segunda Guerra Mundial. Assim, o

“império informal americano” se caracteriza pela capacidade de o Estado estadunidense penetrar e coordenar os outros Estados líderes capitalistas. O dinamismo do capitalismo americano e o seu apelo mundial, combinado a uma linguagem universalista da ideologia de democracia liberal, apoiaram-se na capacidade de o império informal ir além dos impérios anteriores. Ao construir as corporações multinacionais modernas, com investimento externo direto em produção e serviços, o império informal americano provou-se capaz, mais que outros, de penetrar em outras formações sociais, mesmo nas economias mais desenvolvidas.

Saliente-se que impérios informais são formados pela penetração econômica e cultural nos outros Estados, sustentada pela coordenação política e militar com governos independentes. Para os autores, o principal fator que determinou a mudança na extensão de impérios formais, após 1880, foi a inabilidade da Inglaterra em incorporar as potências capitalistas emergentes, Alemanha, EUA e Japão, no seu “imperialismo de livre-comércio” (PANITCH & GINDIN, 2004, p. 8).

Curiosamente, os EUA se apresentaram como anti-imperialistas e apoiaram os processos de descolonização no século XX. Ao mesmo tempo, o Estado estadunidense reivindicou para si o direito de intervir contra outros Estados soberanos e reservou para si as interpretações das regras e normas internacionais (PANITCH & GINDIN 2012, p. 12). Nas palavras dos autores:

Somente os EUA podiam, então, arrogar-se o direito de intervenção contra a soberania de outros estados (o que foi feito repetidas vezes ao redor do mundo) e somente o Estado estadunidense reservaria para si próprio o direito ‘soberano’ de rechaçar normas e leis internacionais quando fosse necessário. É nesse sentido que apenas o estado estadunidense foi ativamente ‘imperialista’ (PANITCH & GINDIN 2004 p. 39).

Essa reflexão se evidencia na clara expressão da ex-secretária de Estado do governo de Bill Clinton, Madeleine Albright, apud Panitch e Gindon (2004, p. 3, grifo dos autores): “*If we have to use force, it is because we are America. We are the indispensable nation*”.

Os autores buscam diferenciar-se de teóricos críticos baseados em Gramsci nas Relações Internacionais (como Robert W. Cox), ao afirmarem que os EUA não tiveram que incorporar demandas das classes subordinadas em outros Estados dentro da construção de seu império. O império informal americano foi hegemônico frente a outros Estados e classes capitalistas, porém, mesmo com toda a penetração cultural e econômica dos EUA em outras sociedades, nunca se tornou uma “transferência de lealdade popular direta” de outros povos aos EUA. O consentimento ativo para a dominação do império informal foi mediado pela legitimidade que os outros Estados mantinham para si, ou reuniam em nome de qualquer projeto particular do Estado estadunidense, através da atuação das classes dominantes nesses países. Assim, a ordem capitalista mundial foi organizada e regulamentada mediante a reconstrução de outros Estados como Estados capitalistas, com instituições e práticas burocráticas, coercivas e jurídicas que assegurassem a acumulação de

capital em todos os lugares, sendo a ocupação territorial direta não mais uma estratégia prioritária (PANITCH & GINDIN, 2004, p. 32).

Nesse sentido, Panitch e Gindin procuram desfazer outro senso comum dentro do marxismo (clássico e contemporâneo), bem como do realismo nas Relações Internacionais, que é expectativa de um ressurgimento da rivalidade inter-imperialista (ou de potências revisionistas, no caso do realismo). Em sua visão, essas análises falhavam em enxergar a profundidade da incorporação de outros Estados capitalistas avançados no novo império americano. Ao contrário de uma rivalidade inter-imperialista, os EUA apoiaram o renascimento dos seus competidores econômicos por meio de empréstimos, ajuda, condições favoráveis de comércio. O crescente fluxo de investimento da Europa e Japão para os EUA, e vice-versa, apoiou a integração profunda de redes transversais de produção (PANITCH & GINDIN, 2012, p. 10).

É digna de nota que essa concepção de Panitch e Gindin marca uma diferença com duas outras discussões no interior do marxismo nas Relações Internacionais, que se referem aos debates e as divergências sobre a globalização e o imperialismo após a Guerra Fria. Uma delas pode ser identificada nos argumentos de autores como Michael Hardt e Antonio Negri (2000) e William Robinson (2004), segundo a qual o capitalismo global estaria organizado política e economicamente em linhas transnacionais: as burguesias nacionais e os Estados nacionais estariam em extinção, dando lugar a uma classe capitalista transnacional (cuja formação e atuação não se dá no plano nacional, mas internacional) mundialmente unificada e a uma entidade supranacional (Estados centrais e organizações internacionais), que retiraria dos decadentes Estados modernos a soberania e autoridade sobre determinadas populações e territórios. A conclusão desta posição é que as disputas imperialistas chegaram ao fim, assim como as rivalidades geopolíticas no sistema de Estados.

Outra, encontrada nas ideias de Callinicos (2007; 2009) e Harvey (2003), defende a permanência dos conflitos imperialistas e das rivalidades geopolíticas após a Guerra Fria, uma vez que as constantes crises e a natureza expansiva do capitalismo condicionariam Estados e classes dominantes a buscar novas formas de acumulação além de suas fronteiras. Essa competição geopolítica geraria conflitos por territórios, recursos naturais, influência sobre Estados e segurança, e, no limite, confrontos armados. O imperialismo no sistema de Estados em competição denotaria a instabilidade das relações internacionais e sua propensão histórica à guerra, enquanto o capitalismo persistir. A leitura de Panitch e Gindin não se alinha a nenhuma dessas ideias, tendo em vista que, para a reprodução ampliada do capital, o capitalismo necessita do sistema de Estados modernos, em que o Estado estadunidense construiu desde o fim da Segunda Guerra Mundial um império informal.

A integração da Europa ao império informal americano se acelerou com seus sucessivos acordos de integração regional. Segundo os autores, a integração europeia seguiu a liberalização

financeira e a pressão das associações empresariais, tanto europeias quanto americanas. Dentro disso, as reivindicações sindicais foram limitadas. Desde o início, a integração monetária foi acompanhada pela remoção de controle de capitais, reforçando o compromisso dos Estados europeus com o fato fiscal (estabelecido no Tratado de Maastricht), fortalecendo um mercado financeiro europeu nas linhas determinadas pelos EUA.

A integração da Europa ao império informal americano também se expressa na emulação de empresas e bancos europeus às práticas americanas, acentuando as ligações entre finanças e indústrias. Bancos e empresas estadunidenses jogaram um papel central em fusões e aquisições na Europa, impulsionando a integração e encorajando o desenvolvimento de um mercado comum europeu. Evidentemente, esta não foi uma via de mão única, com os fluxos crescentes de investimento e comércio também da Europa para os EUA (PANITCH & GINDIN 2012, p. 196).

Por sua vez, a ascensão do Japão também se dá dentro das variadas formas de integração ao capitalismo global dirigido pelos EUA. De acordo com Panitch e Gindin, a crise financeira dos anos 1970 impulsiona a integração financeira do Japão aos circuitos globais. Ele controlou mais rapidamente sua inflação, e, diferentemente da Europa e dos EUA, suas organizações de trabalhadores foram menos combativas. Empresas japonesas aumentaram seu investimento em setores manufatureiros, aumentando a produtividade e a taxa de exploração de trabalhadores. Por sua vez, os bancos passaram por um rápido processo de internacionalização e compraram ativamente títulos no exterior, especialmente títulos do Tesouro estadunidense. Isso aumentou a dependência do Japão do próprio mercado financeiro estadunidense.

Nos anos 1980, os EUA eram o principal mercado importador de produtos japoneses, como carros, pressionando o próprio setor automobilístico nos EUA, levando à demissão massiva de trabalhadores. Panitch e Gindin afirmam que o Japão nunca demonstrou interesse na substituição do dólar pelo iene, e muito menos em assumir a responsabilidade pela liderança financeira global. Na década de 1990, o Japão vivia as piores contradições associadas à realização do capitalismo global dentro do G7, e já não se discutia mais a eventual substituição dos EUA como potência hegemônica (PANITCH & GINDIN, 2012, p. 203).

4. Contribuições para análise dos BRICS e da ascensão da China

É nesse mesmo sentido que Panitch analisa a ascensão das atuais potências emergentes, em especial a China. Elas emergiriam integradas ao império informal americano, e não em contestação a ele. Isso não significa que a competição econômica entre diferentes centros de acumulação seja totalmente nula, porém ela é atenuada diante da construção de um capitalismo global nos moldes já descritos acima: através de redes internacionais de produção e comércio integradas, da centralidade do dólar e dos títulos do Tesouro americano para os fluxos financeiros (e produtivos) globais, bem

como a construção da infraestrutura institucional, jurídica e econômica de outros Estado nacionais de acordo com as determinações do Estado estadunidense, garantindo que o capital (estrangeiro ou doméstico) possa acumular sem restrições.

Segundo Panitch, a ascensão de grandes economias do “Sul global”, que se acelerou com as crises financeiras, especialmente a de 2008, fez essencialmente aumentar ainda mais as responsabilidades imperiais dos EUA (PANITCH, 2014; 2015). A criação do G20, como iniciativa do Tesouro americano no decorrer da crise nos Tigres Asiáticos nos anos 1990, evidenciou a necessidade (e habilidade) do Estado estadunidense de conter os danos e administrar as saídas das crises de forma integrada às demais economias. Para o autor, nem a China nem a Rússia jamais mostraram capacidade e interesse em assumir amplas responsabilidades na administração do capitalismo global, uma vez que isso requereria uma liberalização ainda maior de suas economias (PANITCH, 2014, p. 98). Assim, o G20 foi desenhado para levar a que as economias emergentes tomassem também responsabilidade na nova arquitetura financeira internacional, legitimando, ao mesmo tempo, o contínuo papel dos EUA de supervisor do cada vez mais volátil capitalismo global (PANITCH, 2015, p. 64).

A financeirização global impulsionada pelos EUA envolveu uma nova divisão global do trabalho, com a transferência de parte da manufatura (hierarquicamente dividida) para países em desenvolvimento. O crescimento econômico da China e de outros países do Leste Asiático se deve fundamentalmente a essa expansão hierárquica da manufatura mundial, cujos atores centrais ainda são as corporações transnacionais estadunidenses. De acordo com Panitch e Gindin (2012), essa rede integrada de produção depende do mercado consumidor dos EUA (cujo crescimento e manutenção dependem, por sua vez, do endividamento das famílias), além do fluxo de investimentos emitidos pelos EUA por meio da expansão de suas empresas, e dos fluxos recebidos de outros países para o mercado americano. Esses últimos criaram sistematicamente desafios à balança comercial e de pagamentos dos EUA, tensionando a capacidade do Estado americano de sustentar o capitalismo global e administrar as pressões domésticas (PANITCH & GINDIN, 2012, p. 283).

Um exemplo ilustrativo dessa rede integrada de produção e finanças está na multinacional *Apple*, que transferiu a maior parte de sua manufatura para a China, porém vende seus produtos com preços baseados no mercado de consumo americano. Assim, absorve altíssimas taxas de lucro mediante a exploração da força de trabalho na China, ao passo que gera um déficit comercial para os EUA (PANITCH & GINDIN, 2012, p. 291).

O início de abertura da economia chinesa na década de 1970 coincide com o novo estágio do império informal americano após a crise naquele período. A política de “portas abertas” abre o mercado da China e convida à entrada do capital global, estabelecendo uma série de medidas

favoráveis às multinacionais. A ascensão da China é, então, impulsionada pela entrada expressiva das grandes empresas estrangeiras, e as principais estadunidenses, em setores que são fonte de conhecimento e tecnologia, instalando-se prioritariamente em Hong Kong (PANITCH & GINDIN, 2013, p. 149-150). Segundo os autores, o capital estrangeiro migrou para a China por razões que vão além de baixos salários e infraestrutura: é especialmente a confiança que têm no Estado chinês como protetor e garantidor de seus investimentos (PANITCH & GINDIN, 2013).

Com isso, chega-se à questão fundamental para Panitch: é preciso analisar a China (e os demais BRICS) a partir da teoria do Estado capitalista. Ao contestar a tese de Arrighi em *Adam Smith em Pequim* – que sustenta a ideia de que o Estado chinês faria o papel da “mão invisível”, utilizando o mercado e a livre-concorrência como instrumento de desenvolvimentos econômico, realizando, assim, seu “interesse nacional” – Panitch (2010) reafirma que, determinante do Estado capitalista é a sua relação com a classe dominante *como um todo*, e não com setores específicos, que seriam ou não colocados em concorrência uns com outros. O modo específico de organização do Estado capitalista, sua função de garantidor das relações de propriedade, reproduzidor da relação capital-trabalho e sustentador da acumulação estariam fora da conceptualização frágil de Arrighi (2008). Para Panitch, a mercantilização da força de trabalho e a integração de trabalhadores em uma sociedade baseada na produção e consumo por meio de relações de mercado definem a natureza do desenvolvimento econômico na China contemporânea (PANITCH, 2010, p. 84-85). Seguindo essa linha, torna-se difícil aceitar a noção não problematizada de “interesse nacional” em uma sociedade de classes (PANITCH, 2010, p. 83).

Desse modo, Panitch discorda de Arrighi sobre a perda de capacidade dos EUA de sustentar seu poder imperial, uma vez que isso confundiria contradições conjunturais (“sinais de crise”) com contradições estruturais de longo prazo. O fluxo de capital do Leste Asiático para os EUA, ao aumentar o déficit comercial, também demonstra sua capacidade de sustentar os circuitos globais de capital. Central para o conceito de Panitch do “império informal americano” é a construção do poder global estadunidense sem necessariamente estender sua soberania ou ocupar territorialmente outros Estados como estratégia prioritária. O projeto estadunidense nunca foi o de governar o mundo diretamente, nem repassar essa tarefa às instituições internacionais, mas sim conceber um projeto de capitalismo global consistente com a tentativa de tornar ou manter outros Estados capitalistas, com instituições e práticas burocráticas, coercivas e jurídicas que assegurassem a acumulação de capital em todos os lugares. Essa natureza dos EUA como império capitalista do século XX teria sido mal compreendida por Arrighi, ao entender que os EUA buscaram frustradamente construir um “Estado global” com ocupação territorial direta e defesa dos interesses do capital estadunidense de forma estreita (PANITCH, 2010, p. 81-82). Conclui-se que, para Panitch, as bases materiais do império informal americano estão longe de serem exauridas.

Conclusão: transcendendo o pessimismo

Neste artigo, optou-se por fazer um recorte das contribuições teóricas de Leo Panitch que ajudam a repensar categorias centrais para as Relações Internacionais, e que desafiam premissas ontológicas e epistemológicas nas teorias tradicionais na área, quais sejam a concepção de Estado e a categoria do imperialismo. Para isso, foi exposta sua discussão sobre a internacionalização do Estado, da produção e das finanças, que dão o conteúdo do que ele veio a chamar de império informal americano, e a integração da Europa, Japão e China ao capitalismo global.

Há muitos outros temas e discussões importantes que ficaram ausentes nesse trabalho, mas que seriam necessárias para conhecer a fundo e mais completamente o trabalho de Leo Panitch. Aqui é notória a ausência de inúmeras publicações e pesquisas sobre sindicatos, trabalhadores, movimentos sociais e diferentes lutas frente ao Estado e ao capital, no Canadá e em outros lugares do mundo. É importante mencionar que, ao longo dos artigos e livros citados neste texto, há constantes menções aos impactos da globalização capitalista sobre os trabalhadores e as suas lutas (fruto das pesquisas e trabalhos de Sam Gindin).

Outra temática que mereceu inúmeras publicações de Panitch é a questão das finanças e as crises financeiras no último século. São trabalhos detalhados e empiricamente demonstrados, que também desfazem senso comum recorrentes em análises econômicas. Especificamente a crise financeira, iniciada em 2008 (*“in true imperial fashion, the US fully shared its problems with the rest of the world”*), não foi possível contemplar no escopo e recorte escolhido para esse artigo. É necessário reforçar, portanto, que Leo Panitch tem um vasto e relevante trabalho sobre diferentes temáticas que tocam diretamente nas relações internacionais.

Curiosamente, na divisão de áreas dentro do Departamento de Ciência Política da York University, as diferenças entre as concepções de Panitch e aquelas dos teóricos de abordagem “neograsciana” levaram a que Panitch, Albo, Lacher e outros ocupassem a área de Política Comparada ou Economia Política Global Comparada, enquanto que Robert W. Cox, Stephen Gill e outros ocupassem a área de Relações Internacionais. Essas diferenças nunca impactaram na amizade e profundo respeito entre Panitch e Cox. Ao longo dos trabalhos de Panitch (bem como nos de Cox), respostas às diferentes críticas de terceiros autores são sempre colocadas na forma texto, argumentação teórica e empírica, sem mencionar diretamente o crítico. Essa forma elegante de discussão teórica e política é mais uma lição que nos oferece Panitch.

Leo Panitch é declaradamente um socialista. No fim do século XX e início do século XXI, diante de ausência de alternativas reais ao capitalismo, ele afirma que é necessário transcender o pessimismo político e resgatar a utopia. Um projeto socialista no século XXI precisa repensar a relação entre Estado e democracia, e precisa se comprometer com o desenvolvimento de

capacidades que possam manter os objetivos utópicos visíveis. Assim, um projeto socialista precisa abraçar dez dimensões, mantendo a visão e sensibilidade utópica: 1) superar a alienação, transformando a natureza do trabalho, dando às pessoas possibilidades de desenvolver atividades autônomas e de interesse próprio, incluindo as atividades produtivas; 2) atenuar a divisão do trabalho, superando as hierarquias estruturais presentes mesmo dentro das próprias organizações de trabalhadores e nos movimentos sociais; 3) transformar o consumo, reconectando consumidores e produtores, expandindo o acesso igualitário à esfera de consumo público e coletivo; 4) viver de forma alternativa, construindo formas mais coletivas e comunitárias de viver entre famílias, dividindo novos espaços públicos; 5) socializar os mercados, trazendo as decisões sobre alocação de capital para esferas públicas e democráticas, juntamente com a transformação do modo de consumo e da divisão de trabalho, mudando assim as relações sociais; 6) planejar ecologicamente, desenvolvendo as capacidades dentro de cada Estado em alocar democraticamente seu tempo e seus recursos, em um balanço quantitativo e qualitativo entre consumo e produção, maximizando as capacidades de cada coletivo nacional de escolher democraticamente seus caminhos de desenvolvimento; 7) internacionalizar a igualdade, desenvolvendo alianças internacionais, ou mesmo um sistema internacional, com consciência e capacidade de construir relações sociais mais igualitárias, transferindo recursos a países mais pobres e facilitando o desenvolvimento econômico por meio de lutas comuns que transcendam as barreiras geopolíticas; 8) democratizar a comunicação, construindo meios de comunicação plurais e diversos, que permitam o desenvolvimento de capacidades para diálogos coletivos inteligentes e um rico desenvolvimento cultural; 9) realizar a democracia, central para qualquer projeto socialista, para desenvolver as capacidades individuais e coletivas que viabilizem aprofundar e estender a democracia, o que envolve conceber e buscar tipos de representação e administração que rompam com as hierarquias e distinções entre mandantes e subordinados; e 10) tornar tudo comum (*omnia sint communia*), terminando com a propriedade privada dos meios de produção, das finanças, da troca e da comunicação, transformando as capacidades coletivas democráticas em reais potencialidades (PANITCH, 2008, p. 204-206).

Panitch se revela um socialista e internacionalista, um intelectual comprometido com as lutas nas grandes esferas da política e nas esferas “pequenas” do cotidiano. Suas formulações intelectuais correspondem à sua forma de ser e lidar com estudantes, secretários e pessoas comuns no dia-a-dia. Mais uma lição aos estudiosos das Relações Internacionais que ousam sonhar em mudar o mundo.

Referências

ARRIGHI, G. (2008) **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo, SP: Boitempo.

CALLINICOS, A. (2007) Does Capitalism Need the State System? **Cambridge Review of International Affairs**, 20 (4): 533-49.

_____. (2009) **Imperialism and global political economy**. Cambridge: Polity.

COX, R. W. (1987) **Production, power and world order**. Social forces in the making of history. New York: Colombia University Press.

HARDT, M.; NEGRI, A. (2000) **Empire**. Cambridge: Harvard University Press.

HARVEY, D. (2003) **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press.

PANITCH, L. (1994) Globalisation and the state. **Socialist Register**, (30): 60-93.

_____. (1998) "The State in a Changing World": Social-Democratizing Global Capitalism?. **Monthly Review**, 50 (5): 11.

_____. (2000) The new imperial state. **New Left Review**, 2 (2): 5-20.

_____. (2005). As finanças e o império estadunidense. In PANITCH, Leo & LEYS, Colin. **Socialist register 2005: o império reloaded**. Buenos Aires: CLACSO, 65-104.

_____. (2008) **Renewing socialism**. Transforming democracy, strategy and imagination. London (UK): The Merlin Press.

_____. (2010) Giovanni Arrighi in Beijing: an alternative to capitalism?. **Historical Materialism**, 18 (1): 74-87.

_____. (2014) Repensando o marxismo e o imperialismo para o século XXI. **Tensões mundiais**, 10 (18,19): 91-101.

_____. (2015) BRICS, the G20 and American Empire. In BOND, P. & GARCIA, A. (eds.). **BRICS, an anticapitalist critique**. Johannesburg: Jacana Media.

PANITCH, L; GINDIN, S. (2004) Global capitalism and American Empire. **Socialist Register**, (40): 1-42.

_____. (2005) Superintending global capital. **New Left Review**, (35): 101-23.

_____. (2012) **The making of global capitalism**. The political economy of American empire. New York, London: Verso.

_____. (2013) The integraton of China into global capitalism. **International Critical Thought**, 3 (2): 146-58.

_____.

POULANTZAS, N. (1977) **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1978) **As classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro: Zahar.

_____.

_____. (2000) **State, power, socialism**. London, New York: Verso.

ROBINSON, W. (2004) **A theory of global capitalism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press.